

CIDADES NEGRAS – PETRÓPOLIS IMPERIAL

Renata Aquino¹
Henrique Cunha Junior²

RESUMO

Cidade negra e população negra são o enfoque deste artigo sobre a cidade de Petrópolis na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, visando estabelecer novos parâmetros para discussão do espaço geográfico da região da cidade de Petrópolis por meio de outras explicações sobre o povoamento e desenvolvimento desta localidade. Cidade que a história oficial consagrou como cidade imperial e de colonização alemã, negando de forma ideológica as atividades econômicas da cidade e da região e tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. Apresentamos neste artigo uma discussão sobre a ideologia da colonização alemã como solução para o Brasil, o que explica a imigração alemã para a localidade e também permite compreender a formação da ideologia sobre as origens populacionais e econômicas deste lugar. Argumentamos contra tal ideologia, reafirmando e investigando a existência de colonizadores africanos a partir das diversas fontes que podem levar ao encontro das inscrições afro, materiais e imateriais, na história e na cultura da região. Partimos da ideia da constituição de um território no período colonial que se deu devido ao fluxo de populações dos arredores, não somente devido à Estrada do Ouro. A base do povoamento da região veio das fazendas que exploravam o trabalho escravizado. Do território ocupado por africanos e afrodescendentes, nasceu a cidade que, posteriormente, instalou alguns grupos de alemães e, nesta fusão populacional, constituiu-se a forte presença de populações negra e mesmo branca, de outra origem que não a alemã. Local que devido à existência da Estrada do Ouro, ligando cidades mineiras ao porto do Rio de Janeiro, recebeu as inscrições de povoamento de africanos e afrodescendente pelos dois séculos antes da fundação oficial da cidade. O artigo se concentra nos documentos que demonstram a existência de população negra na localidade.

Palavras-chave: Cidades Negras. Ideologia de Colonização. Colonizador Africano.

¹ Doutoranda em Educação – CNPq /UFC, bolsista, mestre em Educação – Uerj, especialista em Linguística Aplicada – UFRJ e licenciada em Letras – UFRJ. E-mail: reaquinno@yahoo.com.br.

² Professor Titular da Universidade Federal do Ceará desde 1995. Tese de Livre docente USP - 1993. Professor da USP entre 1985 - 1994. Pesquisador Sênior do IPT - 1988 - 1994. Doutor pelo Instituto Nacional Pesquisa de Lorraine - INPL. E-mail: hcunha@ufc.br.

ABSTRACT

Black city and black people are the focus of this article on the city of Petrópolis in the mountainous region of the state of Rio de Janeiro, in order to establish new parameters for discussion of the geographic area of the city of Petrópolis region through other explanations of the settlement and development of this locality. A city that had its official history established as an imperial city and of German colonization, denying ideological form of the economic activities of the city and the region, making invisible the existence of people of African descent majority. We present here a discussion of the ideology of German colonization as a solution for Brazil, which explains the German immigration to the location and also allows us to understand the formation of ideology on the population and economic origins of this place. We argue against such an ideology, reaffirming and investigating the existence of African settlers from various sources that can lead to meeting the material and immaterial African inscriptions on the history and culture of the region. We start from the idea that setting up a territory in the colonial period was due to the flow of the surrounding populations, not only due to the road of gold. The basis of the settlement of the region came from farms that exploited labor enslaved. From the territory occupied by Africans and African descent, the city was born, and later some groups of Germans were installed. In this population merger a strong presence of black and white populations were constituted, even white populations of other origin than German. A location that, due to the existence of the Gold Road, linking the port mining towns to Rio de Janeiro, received entries from African settlement and African descent by the two centuries before the official founding of the city. The article focuses on documents showing the existence of the black population in the locality.

Keywords: Blacks Cities. Ideology of Colonization. Settler African.

Introdução

Bairros negros, cidades negras é um título emblemático propositor de que a gênese da maioria de bairros e cidades no Brasil são núcleos de populações negras (CUNHA JUNIOR, 2015). As especificidades históricas brasileiras ocorridas durante a colônia e o império levaram à constituição de uma população trabalhadora de larga maioria africana e afrodescendente em todas as regiões do país. Trabalho, especializado ou não, rural ou urbano, ficou para a história como sinônimo de trabalho escravizado, pensado como trabalho de negro e, uma vez assim definido, passou a ser compreendido com um trabalho desprovido de quaisquer técnicas e ciências.

Assim como a distorção do significado de trabalho na colônia e no império, a independência do país sem a abolição do escravismo criminoso é outra especificidade histórica brasileira que fez herdeiros de problemas estruturais focados nas populações negras. Os problemas urbanos, as desigualdades sociais tiveram, e têm ainda, maiores incidências sobre as populações negras, o que também produziu a constante migração de populações negras para os territórios de fronteiras do desenvolvimento econômico. Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. Um exemplo é a região do Ceará grande que comportava os atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará, onde as primeiras notícias de povoamentos referem-se à presença de núcleos negros fugidos das fazendas das regiões do açúcar no litoral pernambucano (RIBEIRO, 1995).

As cidades do interior nascem de assentamentos, pousos e avançam como arrabaldes, núcleos populacionais, distritos; terminam em vilas, estas fundadas ao longo dos caminhos, das estradas, nos pontos de cruzamento dos rios, nas subidas das serras, nos locais de entrepostos comerciais, constituindo parte da ocupação do território. O espaço geográfico se desenvolveu, produzindo um território habitado por populações anônimas nas inscrições produzidas e depois surgem as ocupações oficiais. Nestes territórios é que foi ao longo de toda história do Brasil marcante a concentração de populações negras. Neste artigo, tomamos como base a proposição do intelectual baiano

Manoel Querino (QUERINO, 1980) na qual a figura do africano é definida como colonizador do Brasil.

O império no Brasil é marcado pela sociedade agrária, latifundiária e escravista. Na Europa, se desenvolveram as sociedades industriais e as teorias do racismo antinegro (ODALIA, 1977). Todos os problemas relacionados como atraso econômico e das questões urbanas recebem um denominador comum como fonte: presença de uma maioria de população negra e mestiça. Problema que nas áreas de saúde e do direito ganham predominância na ciência brasileira na ideia de mal da raça (SCHWARTZ, 1993). Problema que é atacado, contestado de forma pioneira pelo médico e pesquisador Juliano Moreira (PEIXOTO, 2000) que em sua tese de doutoramento declara que todos os males de saúde mental das populações negras da Bahia não tinham nada de particular relativo à raça ou aos trópicos e era resultado das condições sociais que estas populações eram submetidas. No entanto, a ideologia do mal da raça ou da inferioridade da cultura negra permanece praticamente intocável durante toda primeira metade do século XX.

Face às ideologias racistas que se formaram no final do século XVIII e se consolidaram no XIX, a imigração europeia tornou-se desde o império, como veremos adiante, uma ideologia do Estado brasileiro. No caso de Petrópolis, os alemães foram escolhidos como os colonizadores ideais, dando um argumento frágil para a lenda de uma cidade fundada por uma migração e colonização alemã. A história oficial torna invisíveis as populações negras que produziram o território na região da cidade. Este artigo discute esta invisibilidade das populações negras na cidade e demonstra que durante o império a cidade e a região foram um lugar de maioria africana e afrodescendente. Contraposta à história oficial sobre Petrópolis, que cristaliza a ideologia de sede imperial e de colonização alemã.

1. Petrópolis, um território de africanos e afrodescendentes

Petrópolis é um município do estado do Rio de Janeiro, localizado no topo da Serra da Estrela que pertence ao conjunto montanhoso da Serra dos Órgãos, região da Serra do Mar. Território que, segundo Antônio

Caminho Novo atravessava a Serra da Estrela e passava pelas fazendas do Córrego Seco (atual Petrópolis). Estrada de 1.400 km que ligava a cidade Ouro Preto, em Minas Gerais, à Corte, no Rio de Janeiro, e atravessava a cidade de Petrópolis. Local por onde passaram diferentes grupos de colonizadores, trabalhadores de diversos ofícios, construtores, garimpeiros, ferreiros, oleiros, carpinteiros, caçadores, lenhadores, escravizados ou não, na maioria africanos e afrodescendentes. A estrada do ouro foi percorrida por tropeiros levando nas suas tropas de mulas e cargas de variados matizes; a economia alimentar de subsistência também circula o abastecimento das cidades por esta estrada. Os diversos fluxos migratórios indicam um conjunto de marcadores de presença africana nas dimensões da ocupação e ordenamento territorial e de desenvolvimento regional. Muito das culturas nativas das regiões atravessadas pelo Caminho Real precisa ser investigado, pois é por meio delas que os imigrantes europeus atingiram notoriedade histórica, econômica e cultural ao desempenharem o que consideramos um destorcido papel de colonizador, apropriando-se indebitamente dos conhecimentos do meio físico das populações locais para a construção de rotas.

O aperfeiçoamento das viagens às vilas mineradoras foi feito por indígenas e africanos que tiveram seus conhecimentos extorquidos pelos bandeirantes. Sobre os bandeirantes, até generalizados como europeus, faz-se necessário dizer que o sucesso no desbravamento das terras brasileiras se deve à usurpação dos conhecimentos de indígenas e africanos e à parceria com o imigrante árabe. Imigrantes denominados no senso comum como árabes, comerciantes dedicados ao comércio de varejo nas cidades e nas estradas do interior. Os denominados mascates, que são imigrantes da Turquia, de países árabes e de países africanos muçulmanos. Os árabes já conheciam as condições e possibilidades de terras tropicais por conhecer o continente africano desde o século VII (QUERINO, 1918).

Os árabes conheciam o modo de viver do africano nas florestas, nas planícies, nas matas e nas montanhas; conheciam também suas habilidades e conhecimentos de pecuária e agricultura. Os portugueses saídos de uma zona temperada para se estabelecerem em um clima ardente, diverso do da metrópole, seriam incapazes de resistir ao rigor dos trópicos, de desbravar florestas e arrotear as terras sem o concurso de um braço mais afeito à luta nessas regiões esbraseadas e combatidas pelo impudismo devastador (QUERINO, 1980,). O

árabe era mais instrumentalizado do que o europeu para desbravar terras tropicais e para distinguir quais conhecimentos interessavam para a colonização das terras brasileiras. Os bandeirantes não eram necessariamente europeus e sim descendentes de portugueses, por vezes filhos de degredados, mestiços com índios e negros.

Petrópolis tem sua história marcada por interesses econômicos e políticos desde sua criação. O que foi considerado o principal interesse econômico, está localizado no Caminho do Ouro trazido de Minas Gerais, mas que além do ouro tem uma infinidade de produtos levados nos dois sentidos da região do Rio de Janeiro para a região das Minas Gerais. Os produtos comerciais da agricultura que suprem as cidades, como também dos produtos importados para as diversas atividades econômicas. Produtos como madeiras na mineração, velas de embarcações, corda, instrumentos de ferro para a mineração e agricultura, e produtos de luxo para as classes abastadas.

O que conhecemos por Petrópolis começou a ser mapeado em 1722, foi dividido em fazendas, das fazendas houve o plano de construção da cidade. A mais forte das teses – a do ouro – não explica o povoamento da cidade. As fazendas não são privilégio da região. Fazem parte de um projeto de exploração colonial, depois imperial. Na história das fazendas de Petrópolis, estão os contrapontos de uma fantasiosa narrativa para atrair turista que pode ser resumida em dois epítetos, é a Cidade Imperial e a Cidade do Colono Alemão.

Muito do que consideramos uma narrativa hegemônica da história da cidade foi encontrada nos arquivos do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP, cujo *site* disponibiliza diversos textos que difundem e corroboram com os dois epítetos da cidade. Joaquim Eloy dos Santos, historiador e associado do referido instituto, em seus estudos sobre a Cidade Imperial, narrou que Petrópolis é resultado dos planos do Imperador D. Pedro I de construir um palácio de verão em uma região de clima ameno para receber seus visitantes europeus fora da cidade do Rio de Janeiro.

D. Pedro I abdicou ao trono e retornou a Portugal antes da construção do seu palácio imperial na serra. Coube a D. Pedro II, ao herdar as terras, executar o projeto de seu pai com a ajuda de seu Mordomo Imperial Paulo Barbosa, assinando o decreto nº 155, de 16 de março de 1843. E somente em 1857, foi elevada à categoria de cidade. Petrópolis

foi capital do estado de 1894 até 1902, cuja fama de local ideal para veraneio das famílias abastadas adquirida durante o Império foi reativada durante a República devido ao fato de os presidentes se hospedarem no Palácio Rio Negro, o que tornava a cidade o centro da agitação política do país. Por um decreto federal de 25 de março de 1980, Petrópolis recebeu oficialmente o título de “Cidade Imperial”.

Acreditamos na fusão das teses do caminho do ouro e da construção de um palácio de verão para um imperador supostamente libertário para omitir marcadores históricos de presença africana e afrodescendente em Petrópolis. Devemos lembrar que as ideias de um país com sentido libertário se iniciam no século XIX e nasce da assinatura de tratados internacionais com Portugal e outros países europeus. Os apoios de nossos argumentos são a assinatura de um acordo entre os governos português e britânico com o objetivo de regulamentar as disposições do Tratado de 22 de janeiro de 1815, que proibia o tráfico negreiro ao Norte do Equador e a Convenção de 1817 que incluía vistoria por parte dos ingleses aos navios suspeitos de traficar africanos. Entretanto, o Brasil é conservador, sendo a única nação nas Américas que a independência se realiza sem a discussão da abolição do escravismo. A proibição de traficar africanos escravizados foi usada como justificativa para a busca de mão de obra supostamente qualificada. A ideologia racista do Império apresentou como significado para qualificado o branco europeu.

Deste modo, da mudança no cenário político do Rio de Janeiro emergiu o discurso de que a construção da cidade de Petrópolis teria usado mão de obra livre, já que “teoricamente” necessitava de força de trabalho dadas as transformações em seu contexto político-econômico. É prudente ressaltar que os dados históricos nos quais os argumentos estão apoiados não se referiram exclusivamente à Petrópolis, o que está em discussão é como os referidos dados ajudaram a tecer um discurso de invisibilidade de africanos e afrodescendentes na cidade.

D. João, nos tratados de Portugal deste período, assumiu o compromisso de abolir gradativamente a comercialização de cidadãos africanos, por meio da Convenção entre Portugal e a Grã-Bretanha, celebrada em Viena, em 21 de janeiro de 1815. Contraditoriamente permitiu que a entrada de mão de obra escravizada na América Portuguesa aumentasse. Não houve adesão imediata à Convenção, pois

a política adotada pela Corte do Rio de Janeiro foi a de usar os artifícios do tratado para prorrogar a execução prevista no acordo.

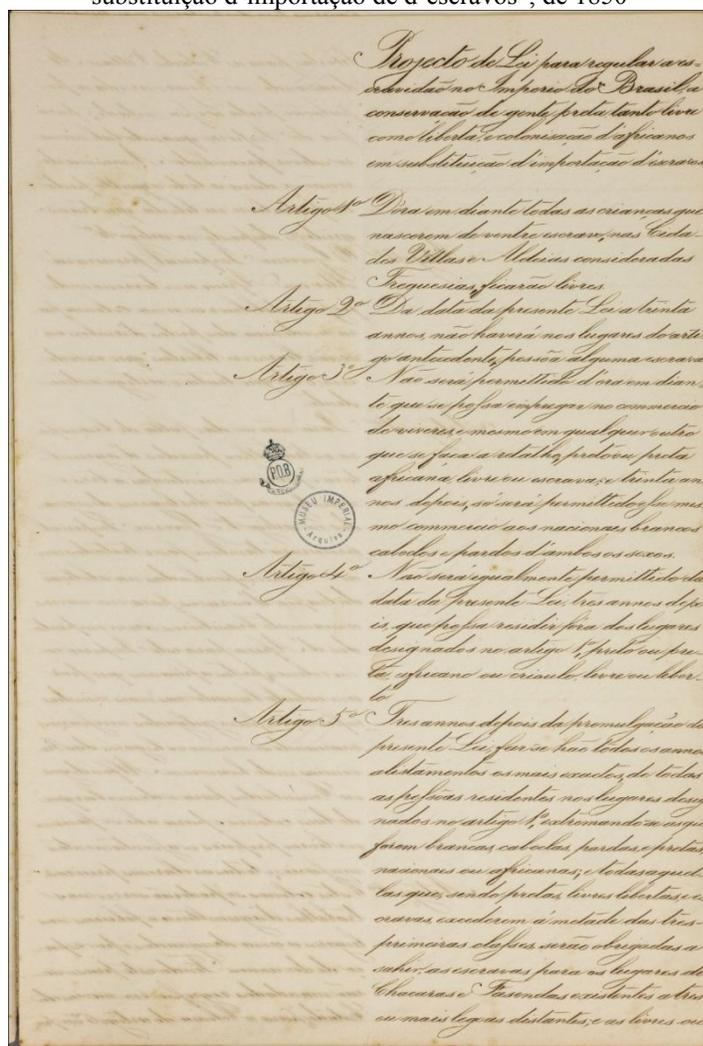
Sob o discurso que o Brasil necessitava de força de trabalho livre e europeia em virtude das transformações do contexto econômico, foram criadas as condições para que os estrangeiros brancos viessem para o Brasil e para Petrópolis. De fato, boa parte da mão de obra imigrante utilizada compunha um setor de trabalho livre, mas este não foi o único setor, trabalhadores livres de outras origens, e mesmo trabalhadores escravizados para aí afluíram. Vejamos que o número de imigrante é pequeno em relação à população da região e mesmo a expansão populacional imigrante também é pequena. Relativo à construção do palácio imperial com mão de obra livre não significa que seja toda ela europeia e imigrante. Devemos pensar também na existência de negros livres e libertos. Em 200 anos da história nacional escravista, sempre existiram processos de conquistas de liberdade.

Diante desta questão sociocultural incitada pelo cenário político, em 1844, Aureliano Coutinho, presidente da província do Rio de Janeiro firmou contrato com as empresas Charles Delrue & Cia, da cidade de Dunquerque, na França, para trazer 200 casais de colonos sem especificar a nacionalidade. Aureliano Coutinho assinou o contrato redigido em alemão, mesmo sem dominar o idioma, firmou-o em confiança e, ao invés dos duzentos casais solicitados, foram enviadas 200 famílias inteiras de alemães, a maioria sem especialização necessária para trabalhar na colônia. Os alemães que chegaram ao Rio de Janeiro foram ajudados pela “ocasião” que foi aproveitada e não criada. As empresas aproveitaram o fato de o presidente da província ter assinado um contrato, não em confiança, mas em ignorância, pois Aureliano Coutinho não sabia alemão. Não havia interesse em duzentas famílias inteiras, o interesse era em duzentos casais.

Chegaram ao Rio de Janeiro pai, mãe, sobrinhos, avós, cunhados; enfim, 2030 pessoas. Segundo alguns registros da ocasião, a cidade do Rio de Janeiro não poderia receber e acomodar todos aqueles imigrantes e a solução encontrada para esse “deslize” administrativo foi enviar parte destes imigrantes para Petrópolis, já que Júlio Frederico Köeler buscava lavradores para a criação de uma colônia agrícola. Os lavradores enviados ao Major eram, na verdade, relojoeiros, ferreiros, marceneiros, ourives, pasteleiros, carvoeiros, sapateiros, músicos (SILVA, 2010).

nossa tese de que boa parte da população africana e descendente se estabeleceu em áreas que hoje são consideradas periféricas, não exclusivamente pela condição de escravizado ou por questões econômicas, mas pelo cumprimento de uma das etapas de um processo racista, regulamentado pelo Imperador. Por Lei, foi determinado que ficasse somente o contingente necessário de africanos e descendentes nos centros urbanos e que os demais fossem levados para as áreas de fazenda.

Figura 3 - Projeto de Lei para regulamentar o escravismo no Império do Brasil, a conservação da gente preta livre como liberta e colonização d'africanos em substituição d'importação de d'escravos", de 1850



Fonte: MUSEU IMPERIAL/IBRAM/MINC.

Os colonos pretos fundaram Petrópolis, no entanto, a distorção do trabalho destes colonizadores está restrita ao acervo de objetos de tortura de escravos expostos no Museu Imperial. A exposição permanente, no referido museu, de instrumentos de tortura reitera a existência da população passível em ser torturada. Indica que o escravismo de Petrópolis deva ter sido semelhante ao de outras regiões do país. Soa estranho que Petrópolis seja lugar onde o Império fincou raízes de uma corte sem africanos e afrodescendentes, visto que o trabalho doméstico das famílias ricas era na época realizado por esses; seja na condição de livres, seja na condição de escravizados de ganho, seja na condição de escravizados diretos. O escravizado de aluguel era muito comum, mesmo os que não possuíam escravizados se beneficiavam do trabalho de escravizados de ganho.

Cabe ressaltar que a história de Petrópolis é contata a partir de um projeto de palácio de verão para o Imperador e da chegada de imigrantes, que ocuparam terras mapeadas por bandeirantes, hipótese que sugere que os bandeirantes não trabalharam sozinhos e que os povos locais e os africanos e descendentes protagonizaram essa história.

A opção por compreender o fluxo de conhecimentos técnicos dos povos negros na construção de Petrópolis e nos demais feitos atribuídos aos colonizadores europeus apoia-se no fato de que os portugueses saíram de uma zona temperada para se estabelecerem em uma tropical, cujo clima e condições geográficas lhes eram desconhecidas. Nesse sentido, o colono preto que se estabeleceu na América já era conhecedor do trabalho a ser desenvolvido, como bom caçador, marinheiro, criador, extrator do sal, pastor, agricultor, mercador de marfim, minerador de ferro – há tempos o africano conhecia o trabalho da mineração, pois lá abundava o ouro, a prata, o chumbo, o diamante e o ferro (QUERINO, 1980). É muito forte a tese de que Petrópolis teve poucos escravizados, o que não significa inexistência de população negra na localidade. O que é mais evidente é a incompreensão da ideologia distorcida de liberdade encabeçada por um Imperador que apoia e se sustenta do regime escravista e um desconhecimento dos limites territoriais da cidade. Nunca houve Petrópolis branca, tampouco Petrópolis embranquecida. Os limites territoriais da cidade incluem as áreas de fazenda para onde as populações negras foram forçosamente deslocadas.

2. A ideologia da imigração alemã

O acesso às terras por populações pobres e a ocupação das terras devolutas é um problema antigo e que faz parte da dominação agrária e dos latifúndios no Brasil. Durante o escravismo criminoso, o problema se delineia sobre a ocupação destas terras por populações de africanos e afrodescendentes revoltadas contra o sistema dominante. Exemplos marcantes deste problema agrário são episódios da Balaiada no Maranhão entre 1838 a 1840, no qual populações camponesas e quilombolas se unem para obtenção de terras e a eliminação do escravismo e são de forma sangrenta eliminados pelo exército brasileiro, numa mobilização de mais de oito mil soldados comandados pelo Luiz Alves de Lima e Silva, depois denominado como Duque de Caxias e patrono do exército brasileiro.

O decreto de 1850, que consagrou todas as terras devolutas como propriedade do Estado brasileiro demonstra o movimento institucional de limitar o direito às populações negras e indígenas (SILVA, 1990).

O pressuposto de raça superior branca e da superioridade da civilização europeia e da barbárie das populações negras fazem os contrapontos sobre a ocupação de terras durante o período do império no Brasil. Por outro lado, sempre esteve presente nas elites brasileiras brancas o medo das desforras das populações negras com relação aos sofrimentos do período escravista (AZEVEDO, 1987). A consciência sobre a revolução do Haiti e dos enforcamentos massivos de soldados e colonos franceses pela população ex-escravizada em 1815, tornou-se parte do imaginário americano (ALLENDE, 2010).

A proposta do europeu como colono para o Brasil, como forma de amenizar o mal da raça surge em 1818 por meio do geógrafo Leo Waibel (WAIBEL, 1958), que propõe colônias de suíços em vários pontos do território brasileiro. A noção de raça superior e de povos civilizados é importante no discurso de Waibel. Durante o início do segundo império, com o desenvolvimento da colonização europeia, os diversos grupos europeus foram comparados e criou-se a noção do imigrante colono agricultor ideal em que ficou definido o “alemão” como o tipo ideal de imigrante, organização familiar ideal seguida pelos italianos (SEYFERTH, 2002). Desta perspectiva nasceu a colonização de menos de duas centenas de famílias alemãs trazidas

para Petrópolis em 1844. Nasceu também, neste momento, a história da ideologia sobre os alemães como fundadores de Petrópolis. Ideia que é cultuada até os dias atuais e pouco criticada (SILVA, 2010).

Considerações Finais

A população negra herdou problemas estruturais específicos fundados na distorção do trabalho dos africanos e afrodescendentes e da independência sem a abolição do escravismo criminoso. Embora tais problemas sejam de toda sociedade brasileira, o foco incidiu sobre a população de maioria africana e afrodescendente que adentrou a história do país como sinônimo de trabalho escravizado, trabalho destituído de técnica.

Durante a vigência do sistema de produção escravista e mesmo depois dele, a fuga de grupos de africanos e afrodescendentes das regiões de trabalho, produziu um imenso movimento de quilombos e mocambos que se tornou responsável pelo povoamento inicial de diversas regiões do país. Ao contrário do que as distorções históricas dão a entender, foi por força de decreto que as populações negras foram tiradas dos centros urbanos, ocupando as áreas de fazendas, hoje periféricas, ainda redutos das desigualdades sociais, não sendo um privilégio de Petrópolis, mas de todas cidades coloniais.

A cidade de Petrópolis é um exemplo da maquete para testes de aplicação da teoria do embranquecimento, em que são negadas de forma ideológica as atividades econômicas da cidade e da região, tornando invisível a existência de população de maioria afrodescendente. A ideologia de colonização alemã como solução para o Brasil explica a imigração alemã para a referida cidade e também permite compreender a distorção sobre as origens populacionais e econômicas deste lugar.

Entretanto, durante o escravismo criminoso todo trabalho era sinônimo de trabalho de negras e negros. A região em torno da cidade de Petrópolis tinha os trabalhadores em diversas atividades agrárias e econômicas, e estes migraram para esta cidade de forma paulatina, dando o perfil do crescimento urbano da cidade. Assim, fazendo desta cidade uma cidade negra como muitas outras no país.

Referências

ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2010.

AZEVEDO, Célia Maria. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros, cidades negras e população negra**. Trabalho aceito para CONLAB-2015. In: C, Lisboa- 2015.

DALDALARRONDO, P.; Oda, A. M. G. R. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico**. *Rev. Bras. Psiquiatr.* São Paulo, vol. 22, n.4/ Dez./2000.

QUERINO, Manoel. O colono preto como fator de civilização brasileira. *Afro-Ásia*, número 13, 1980, p. 143-158,

ODALIA, Nilo. **O ideal de branqueamento da raça na historiografia brasileira** In: Contexto, São Paulo, Hucitec, volume 03, julho, 1977. p.127-136.

PEIXOTO, A. **Juliano Moreira – Em Memória**. Ata da Sessão Ordinária de 23 de maio de 1933 (p.18 a 36). Anais da Academia Brasileira de Ciências. Tomo V, n. 2, junho 1933. p. 81 a 97.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Joaquim Eloy. **Colonização? Nem Tanto!** Disponível em: <www.ihp.org.br>.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas e instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 53. mar./maio. 2002. p. 117-149.

SILVA, Lígia Osório. **A Lei da Terra – Um estudo sobre a história sobre a propriedade da terra no Brasil.** São Paulo: PUC-SP (tese de doutorado), 1990.

SILVA, Renata Aquino da. **Processos identitários e práticas culturais de afro-brasileiros: Um estudo sobre os movimentos negros e os negros em movimento.** 115f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, fevereiro, 2010.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958.